

Investimentos Diretos do Exterior, Sistemas Locais de Produção e políticas públicas

Clarisse Chiappini Castilhos*

Economista da FEE.

Resumo

O presente artigo aborda algumas questões relacionadas aos efeitos regionais provocados pelos diversos tipos de redes de empresas, bem como avalia os limites e as possibilidades da atuação do Estado. Para tanto, efetua-se uma análise dos impactos regionais, seja da entrada de Investimentos Diretos do Exterior (IDEs), seja da dinâmica de funcionamento de aglomerações produtivas locais de micro, pequenas e médias empresas (PMEs). Avalia-se, igualmente, se as políticas voltadas para tais estratégias de crescimento podem ser combinadas ou são excludentes. Na primeira parte do artigo, efetua-se uma breve revisão de textos concernentes a redes de empresas e aglomerações produtivas locais. Num segundo momento, e a partir desse fio condutor, serão resgatados alguns elementos do Programa Gaúcho de Apoio aos Sistemas Locais de Produção (SLPs).

Palavras-chave

Sistema Local de Produção; Investimento Direto do Exterior; políticas públicas.

* A autora agradece aos pesquisadores André Luis Forti Scherer, Áurea Correa de Miranda Breitbach, Beky Macadar e Maria Lucrécia Calandro, Coordenadora do NEI-FEE, pelos comentários e sugestões, bem como ao grupo de discussão da FEE responsável pelo projeto Democracia de Produtores Independentes e, em especial, ao seu Coordenador, Economista Carlos Águedo Paiva, pelas questões colocadas ao longo das reuniões de estudo. Agradece, igualmente, às sugestões finais do Economista Arlindo Villaschi, Professor da UFES.

Abstract

This article discusses some issues related to the regional impacts of the several existing types of networks of companies as well as evaluates the limits and possibilities of the State's role. With this aim, the analysis embraces the regional impacts due both to the entrance of foreign direct investments and to the dynamics of functioning of local productive agglomerations shaped by micro, small and average size firms. It is also evaluated if policies directed to such growth strategies can be combined or are excludent. The first part of the article includes a brief review of texts concerning local networks of firms and productive agglomerations. In the sequence, and based on the preceding revisited ideas, the paper aims to detach some elements of the Local Production Systems Program of the Rio Grande do Sul State.

**Os originais deste artigo foram recebidos
por esta Editoria em 23.06.03.**

A organização de empresas em redes tem aparecido como uma alternativa, seja ao processo de desverticalização (regional, nacional ou internacional) de grandes empresas, seja ao fortalecimento de micro, pequenas e médias empresas (PMEs), de base regional. A primeira alternativa está relacionada, fundamentalmente, ao grande capital e aos seus investimentos em escala mundial. No caso de esses vínculos se estabelecerem entre países “mais desenvolvidos” e os “menos desenvolvidos”, predomina a formação de redes articuladas pelos capitais internacionais. A outra forma de organização de uma rede de empresas tem por base a formação de laços de cooperação entre empresas de pequeno porte, que pertencem a uma mesma cadeia produtiva ou com esta estabelecem algum tipo de relação, e pode ser criada espontaneamente, porém o Estado, em algum momento, vem a exercer uma função decisiva. Esse tipo de rede de empresas está, necessariamente, localizado em uma mesma região, o que cria vantagens locais comparativamente às pequenas empresas situadas em outras regiões onde não se verifica esse tipo de aglomeração.

Neste artigo, procura-se levantar algumas questões sobre os efeitos regionais desses diferentes tipos de redes de empresas, bem como avaliar os limites e as possibilidades de atuação do Estado nos casos em estudo. A resposta a essas questões passa pela discussão sobre os diferentes efeitos, seja da entrada de Investimentos Diretos do Exterior (IDE), seja da existência de aglomerações locais de PMEs sobre o tecido industrial local, ou regional. Serão essas

políticas alternativas, ou podem ser combinadas, tendo em vista uma distribuição mais igualitária da renda? Qual o papel do Estado na implementação dessas políticas?

Para tanto, na primeira parte, efetuar-se-á uma breve revisão de textos concernentes aos diversos tipos de redes de empresas e de como estas podem se articular com uma política de desenvolvimento regional. Nesse contexto, tratar-se-á do impacto sobre o tecido produtivo local resultante ou da entrada de IDE, ou da existência de Sistemas Locais de Produção (SLPs), passando, necessariamente, pela discussão sobre os diferentes tipos de redes de empresas. A segunda parte será dedicada ao programa gaúcho de SLPs (PROGRAMA..., 1999) como um caso de participação do Estado no desenvolvimento regional.

Num segundo momento, e a partir desse fio condutor, serão resgatados alguns elementos do Programa Gaúcho de Apoio aos Sistemas Locais de Produção para a ilustração empírica dessas afirmativas.

Convém ressaltar que o texto básico desse programa¹ adota a definição já bastante difundida de “(...) aglomerações produtivas localizadas em um determinado espaço geográfico e que possuem como característica principal a formação de fortes vínculos entre as empresas — sejam estas produtoras, fornecedoras, prestadoras de serviços ou comercializadoras — e instituições públicas e privadas, como centros de pesquisa, consultorias, universidades, centros de formação de recursos humanos, entidades financiadoras, dentre outros”.

Esse conceito foi discutido e aprofundado na publicação que reúne textos referentes ao Programa (Villaschi; Campos, 2002), onde os autores colocam que “(...) este referencial seja o de sistemas/arranjos produtivos localizados, caracterizados por atores (não necessária e exclusivamente empresariais e/ou concentrados em espaços contíguos), que, mesmo obedecendo a lógicas distintas e não necessariamente convergentes (pública/privada; empresarial/governamental/terceiro setor), estabelecem (ou estão em condição de estabelecer) relações de cooperação no aprendizado voltado para inovações que resultem em maior competitividade empresarial e capacitação social”. Essa citação apresenta evoluções importantes para a compreensão da temática em discussão. É o caso da importância dada à interação entre as relações produtivas e as institucionais, bem como às relações de cooperação e à questão da inovação.

¹ SEDAI-RS - Documento Básico de Apoio aos SLPs, fundamentado conceitualmente nos desenvolvimentos efetuados pela Rede de Sistemas Produtivos e Inovativos Locais (RedeSist, IE/UFRJ): Disponível em: www.ie.ufrj.br/redesist

No entanto, não estabelece as diferenças entre Arranjo Produtivo Local (APL) e Sistema Local de Produção. No caso de APL, existe a aglomeração da atividade, ou de parte dela, e a forte presença de instituições, porém as mesmas não estabelecem relações suficientemente dinâmicas e democráticas para permitir que o Sistema se estabeleça. Por conta disso, a principal meta do Programa foi justamente tornar as instituições representativas e democráticas e estimular a sinergia entre as mesmas e entre estas e o setor produtivo.²

Investimentos externos *versus* Sistemas Locais de Produção

As empresas-rede

Os estudos sobre economia industrial e regional das últimas décadas pre-ocupam-se com as diversas formas de participação do Estado, cada teoria ligada a um tipo de concepção de desenvolvimento. De um lado, defende-se a participação ativa do Estado visando à inserção competitiva de micros e de PMEs e, com isso, à geração regional de emprego e renda, à redução dos desequilíbrios sociais e regionais e à difusão homogênea de informações, conhecimentos e tecnologias.

A outra tendência, mais ligada ao *mainstream*, considera ou enfatiza, sobretudo, as redes de empresas organizadas ou articuladas a partir da instalação de grandes empresas multinacionais,³ mais especificamente a partir da atração de grande quantidade de IDE. Segundo relatório das Nações Unidas (WORLD..., 2001, p.127), esta talvez seja a “(...) maneira mais eficaz de ampliar esses benefícios através da produção de *linkages* entre filiais estrangeiras e firmas domésticas. Essas ligações podem ter diversas formas: relações a montante, a jusante e horizontais. A montante existe quando filiais estrangeiras adquirem

² Por essa razão, o Programa chama-se de apoio aos SLPs, embora, no RS, não existam SLPs no sentido adotado. Na verdade, verifica-se a presença de APLs, porém o objetivo do Programa é criar condições para que os mesmos venham a tornar-se SLPs, portanto, quando se refere ao RS, será utilizada a expressão SLP, por referir-se ao Programa.

³ Quando se referem grandes empresas ou grandes grupos, está-se falando de grandes conglomerados industriais e financeiros, geralmente orientados pela estratégia financeira. É diferente de um grande grupo regional, que pode ter vínculos internacionais, mas possui suas raízes na região em estudo. Empresas-líderes, por sua vez, são o núcleo de poder dos grandes grupos multinacionais ou apenas exercem algum tipo de liderança (tecnológica, organizacional, financeira, de escala, etc.) dentro da região.

bens ou serviços das firmas domésticas e a jusante quando filiais estrangeiras vendem bens ou serviços para firmas domésticas. Laços horizontais envolvem interações entre firmas domésticas engajadas em atividades competitivas”.

O importante a enfatizar no estudo em questão é o fato de que “redes de empresas” podem ser tanto endogenamente quanto exógenamente determinadas e originadas.

No grupo de teóricos voltados para a superioridade da organização de redes via mercado, é importante destacar M. Porter (1999), um dos primeiros pesquisadores a discutir a idéia de *cluster*⁴ a partir da ótica da competitividade. Para o autor, o desenvolvimento regional é visto, sobretudo, como um espaço adequado à melhoria da competitividade das empresas e à expansão do grande capital, onde o tecido industrial ali formado é um terreno fértil para o desenvolvimento de fornecedores. A formação desse tipo de aglomeração também pode ser vista como resultado da desverticalização e, portanto, da melhoria da eficiência (Galvão, 2000). De qualquer forma, o foco de seus estudos sobre aglomerações produtivas está centrado nas possibilidades abertas à criação de vantagens competitivas para o grande capital. Em outras palavras, seu objetivo no estudo de *clusters* é a forma como os APLs podem contribuir para a geração de um **ambiente econômico** favorável à atração de novos investimentos (Porter, 1999).

Do ponto de vista do desenvolvimento regional, caberia debater se as vantagens de aglomeração favorecem a atração de grandes investimentos, por várias razões, dentre elas, por facilitar o controle dos fornecedores e dos compradores das grandes empresas. Resta saber se estas últimas podem gerar efeitos favoráveis ao desenvolvimento regional ou apenas se utilizam de vantagens já estabelecidas para ampliar sua competitividade.

⁴ “O termo *cluster* associa-se à tradição anglo-americana e, genericamente, refere-se a aglomerados territoriais de agentes econômicos, desenvolvendo atividades similares (...) Michael Porter (...), em seus trabalhos sobre competitividade, utilizou o conceito de *cluster* para destacar a importância da proximidade geográfica, não apenas de fornecedores, mas também de empresas rivais e clientes para o desenvolvimento empresarial dinâmico (...) O autor colocou mais ênfase no aspecto de rivalidade (concorrência) entre empresas, como estimulador da competitividade, do que na idéia de cooperação” (Cassiolato; Lastres, 2003, p. 10).

Existem vantagens regionais em investimentos externos?

No caso do papel dos IDEs na dinamização de aglomerações produtivas já existentes ou na criação de novas, é interessante rever algumas reflexões de autores sobre a situação das regiões onde ocorreu ou concentração de empresas locais, ou entrada de IDE. Para M. Porter, é preciso atentar para “distorções” do mercado trazidas pelo surgimento de grandes empresas em algumas regiões (Porter, 1999). Na verdade, a interpretação mais ligada ao *mainstream* considera qualquer aglomeração setorial como *cluster*, inclusive as que se formam em torno de uma grande empresa, sendo a concentração uma espécie de falha de mercado, onde fusões, etc, são distorções. Em suma, considera as grandes empresas como favoráveis ao ambiente econômico regional e, ao mesmo tempo, a concentração da atividade produtiva como “falha” de mercado. Seguindo esse raciocínio, tais distorções só podem ser corrigidas pelo próprio mercado, tendo em vista a idéia prévia de que a participação do Estado deve restringir-se a investimentos em infra-estrutura e em educação.

No caso dos efeitos da entrada de capitais internacionais em regiões menos dinâmicas, ou onde antes não existiam capitais multinacionais, cabe partir de um esclarecimento sobre a metamorfose sofrida por aquilo que se costuma chamar de empresa multinacional, a partir da virada dos anos 80. Se, durante os 30 anos que sucederam o pós-guerra, havia uma estratégia internacional nítida de criar filiais de empresas multinacionais nos chamados países periféricos, essa estratégia se encerrou com a crise monetário-financeira iniciada na metade da década de 70. Sem aprofundar os conteúdos dessa crise, é importante destacar alguns aspectos.

A partir do final dos anos 70, as empresas multinacionais buscaram outras formas de se expandir internacionalmente (Omam, 1989), forma esta mais vinculada à ampliação do capital financeiro do que ao crescimento do capital produtivo (Chesnais, 1994, Scherer, 1999). A desregulamentação dos mercados financeiros passou a permitir a expansão desmedida das aplicações sem fundamento na base produtiva, permitindo, assim, a criação e a destruição de grandes empresas (e, com isso, dos empregos gerados pelas mesmas) em questão de minutos. O capital fictício superou, em muito, em volume a circulação internacional de moeda antes destinada prioritariamente a investimentos produtivos e ao comércio internacional.

Além disso, o próprio investimento produtivo mudou de conteúdo, principalmente nos países não pertencentes à tríade (Europa, EUA e Japão). No Brasil, por exemplo, os IDE destinam-se preferencialmente à compra de ativos já exis-

tentes a partir de fusões e/ou aquisições (estatais de comunicações, energia, dentre outros, além de capitais privados já existentes, pertencentes aos setores industrial, de *agribusiness* e comercial). Esse movimento não resulta na expansão das bases produtivas nacionais, mas, ao contrário, reduz fundamentalmente suas atividades (as antigas estatais de telecomunicações, por exemplo, transformaram-se em simples entrepostos de comercialização e *marketing* de seus produtos). Não há, portanto, a propalada difusão tecnológica para as empresas locais, tão defendida pelos defensores do processo de privatização.

No caso da criação de novas unidades produtivas (tipo automobilística), também houve uma profunda transformação das formas de organização de produção que reduziu os efeitos multiplicadores de emprego e renda dos novos investimentos. As mais novas unidades produtoras de automóveis, como é o caso da GM no Rio Grande do Sul, organizam, em torno de sua montadora local, uma rede de sistemistas (a maior parte, seus fornecedores internacionais), que, por sua vez, utilizam crescentemente peças e componentes importados,⁵ gerando, no caso dos países menos desenvolvidos, constantes déficits em seu balanço de pagamentos (Kupfer, 2001, Fligenspan; Calandro, 2002). Essa forma de organização, formada praticamente por capitais internacionais e poucos fornecedores locais, levou muitos pesquisadores a considerá-la como um *cluster*. Este, no entanto, é um exemplo típico de não-difusão de conhecimento, visto que os principais fornecedores (os sistemistas) são os mesmos em escala internacional, tendendo a importar peças e componentes ou a adquiri-los de algumas empresas já estabelecidas e líderes nos países que recebem esses capitais.

Historicamente, as multinacionais não desenvolvem tecnologia nas suas unidades espalhadas pelo mundo, sendo que o atual processo de produção não facilita, nem está voltado para esse objetivo. O principal efeito de disseminação de empresas e de empregos indiretos dá-se no Setor Terciário (pequeno comércio, manutenção, dentre outros), efeito que qualquer investimento de porte é capaz de gerar.

Do ponto de vista das políticas públicas, ainda que exista um **ambiente econômico** favorável à entrada de IDE, as multinacionais podem vir a definir-se pelo volume de aportes financeiros e de infra-estrutura proporcionado pelos governos. Assim, a defesa da guerra fiscal representa a entrada de empresas multinacionais com base, fundamentalmente, nos recursos públicos; está-se,

⁵ Aqui aparece a importância dos processos de integração comercial regional — e, mais simplesmente, do livre-comércio — para a estratégia das empresas multinacionais. Sob esse ângulo, esses acordos regionais e/ou multilaterais representam a assimilação dessa lógica organizacional privada pelos Estados nacionais.

portanto, escolhendo entre esse tipo de investimento e outros, uma vez que, como já se sabe, os recursos públicos são escassos. Isso significa abandonar a possibilidade de o Estado efetuar outro tipo de benefício à atividade produtiva, sem esquecer os possíveis efeitos predatórios das empresas multinacionais à atividade produtiva local.

Em outras palavras, considera-se que os efeitos dos IDEs sobre os tecidos industriais regionais são menos integradores e dinamizadores do que o fortalecimento de Arranjos Produtivos Locais.

Sistemas Locais de Produção e impactos regionais

***Clusters* horizontais, Arranjos Produtivos Locais ou Sistemas Locais de Produção**

A base da vantagem dos Arranjos Produtivos Locais são as externalidades geradas, sendo que a capacidade de as firmas se apropriarem da forma mais homogênea possível dessas externalidades é consequência do grau de interatividade e cooperação existente entre elas. A questão institucional e das estruturas de poder é, portanto, o coração desse movimento, considerando-se sempre aglomerações onde a presença da grande empresa internacional não constitui o elemento articulador. Logo, são as relações existentes entre as firmas e, sobretudo, as iniciativas de cooperação que criam a chamada eficiência coletiva (Schmitz, 1985). Ou seja, o conjunto de vantagens criadas localmente — e os vínculos com o entorno que essas ligações fundamentam — é que permitem a interatividade e, portanto, o acesso à informação, às inovações e às demais externalidades.

Além dos vínculos locais e de suas especificidades regionais e setoriais, é necessário avaliarem-se os contextos macroeconômico e internacional onde esse processo se desenvolve. O universo onde as ações ocorrem no período presente, na Região Sul do Brasil, é diferente daquele onde surgiram os distritos industriais (DIs) italianos no período pós-guerra, com raízes na organização medieval da atividade econômica e impondo-se competitivamente a partir dos anos 70. Na realidade, a adoção de políticas de inserção competitiva das micro e PMEs, articuladas entre si por redes de cooperação, com uma forte atuação do Estado na administração dos conflitos, implica a ampla mobilização dos agentes locais e funciona, de certa forma, como uma resistência ao avanço da centralização do

capital hegemonizado pelos grandes grupos econômicos originários dos países desenvolvidos.

Uma forma de articulação local entre as empresas pode partir da implementação de políticas públicas. “Público”, aqui, não apenas como presença do Estado, mas “público” como expressão de uma *governance*⁶ local onde a democratização das oportunidades pode ser garantida pelo Governo (Estadual, Federal ou Municipal) enquanto um dos parceiros com essa função específica. Num arranjo produtivo já organizado e eficiente (sistêmico), os atores locais podem agir buscando esse objetivo, tentando compatibilizar as diferenças produtivas e institucionais e estimulando o compartilhamento das externalidades onde estas são compartilháveis. Adota-se, neste artigo, a posição de que a presença do Estado nas estruturas de *governance* local é a condição necessária (mesmo que não suficiente) para o alcance desses objetivos.⁷

Dentre os pesquisadores voltados para o apoio aos SLPs com ênfase no papel do Estado nesse processo, devem-se incluir os estudos do Institute of Development Studies (IDS), Sussex University, os autores italianos, cujo ponto de partida são justamente os DIIs italianos e a RedeSist (nota de rodapé 2). No caso de H. Schmitz e também de B. Lundvall, que defendem especialmente a participação do Estado na gestão dos conflitos regionais e locais e na criação de uma estrutura de serviços públicos coletivos, cabe destacar o conceito de eficiência coletiva (Schmitz, 1985), já referido, e o de Sistema Nacional de Inovação (Johnson; Lundvall, 2000), que enfatiza o ambiente macroeconômico onde se desenvolve uma inovação. Para este último, além do fato de um arranjo produtivo ser um ambiente adequado para a produção e a difusão de inovações, é necessário levar em conta o sistema de produção e de consumo nacionais. Os coordenadores da RedeSist, J. Cassiolato e H. Lastres (1999), defendem o papel essencial do setor público na articulação horizontal e na interação entre empresas de forma equilibrada, sendo que a inovação aparece como o principal fator de competitividade.

⁶ No trabalho sobre Arranjos Produtivos Locais que vem sendo desenvolvido pelo Sebrae, o termo *governança* “(...) refere-se aos diferentes modos de coordenação entre os agentes e atividades, que envolvem da produção à distribuição de bens e serviços, assim como o processo de geração, disseminação e uso de conhecimentos e de inovações. Existem diferentes formas de governança e hierarquias nos sistemas e arranjos produtivos, representando formas diferenciadas de poder na tomada de decisão (centralizada e descentralizada; mais ou menos formalizada)” (Cassiolato; Lastres, 2003).

⁷ Para melhor compreender o papel do Estado, seria necessário discutir a questão do conteúdo e da representatividade do Estado, o que transcende os objetivos do presente texto.

Isto posto, é preciso verificar os impactos dessas aglomerações sobre o desenvolvimento regional no caso de *clusters* horizontais, APL ou SLP, ou seja, quando há formação de redes de empresas de menor porte, com vínculos regionais, não vinculadas aos grandes grupos internacionais.

Ainda que esse movimento esteja mais próximo de gerar renda e emprego locais e equitativos, é preciso considerar outras variáveis que fazem parte do próprio funcionamento do SLP. No domínio da cooperação entre os agentes, por exemplo, como fica a relação capital-trabalho? Pode-se, aqui, citar um exemplo do SLP coureiro-calçadista do RS que ilustra bem as diferenças históricas entre as regiões do RS e as regiões da Itália que exercem a mesma atividade. O custo da mão-de-obra na produção de calçados na Itália, em 1993 (Costa, 1993), era de 13,39 US\$/hora, enquanto, no Brasil, era de US\$ 0,94/hora. Essa variável revela que, no Brasil, portanto, no Rio Grande do Sul, a distribuição dos ganhos é totalmente desfavorável ao trabalho, fator que certamente corrói a construção de uma eficiência coletiva.⁸

A criação e o acesso coletivo a externalidades, de acordo com a idéia original dos Distritos Industriais Marshallianos (DIMS) (Paiva, 2003), também não é evidente. Na verdade, o aproveitamento relativamente equilibrado e homogêneo das externalidades depende de estruturas de poder local (Rabelotti, 1998), que, embora combinadas com a instância econômica, não podem ser compreendidas somente através desta última.

O Programa Gaúcho de Apoio aos SLPs-RS

Ao longo dessas observações teóricas, procurou-se demonstrar, em primeiro lugar, que a escolha entre uma política pública focada ou na atração de capitais externos, ou na implementação de medidas que visem reforçar as relações locais de produção é uma escolha ligada a um objetivo mais geral. No primeiro caso, as políticas públicas, orientam-se para a busca de índices de crescimento mais potentes, sem que isso resulte, necessariamente, em melhoria de qualidade de vida da população, em redução do desequilíbrio regional e em melhor distribuição da informação e do conhecimento. Na outra alternativa, o objetivo de crescimento está vinculado à melhor distribuição da riqueza e da informação.

⁸ Mesmo no interior dos países ou das regiões, as diferenças na formação social e política são elementos determinantes. É o caso de aglomerados produtivos do sul do Estado (Região Sul) e da Serra gaúcha.

Foi com objetivo nesta última noção de desenvolvimento e considerando as potencialidades da matriz produtiva e da rede de instituições do Rio Grande do Sul que o Governo Estadual do período 1999-02 criou o Programa Gaúcho de Apoio aos SLPs. A estrutura produtiva gaúcha tem suas bases no desenvolvimento de PMEs⁹ que se organizaram em torno de algumas atividades produtivas, com um significativo grau de concentração regional, constituindo-se em um terreno fértil para o fortalecimento de políticas voltadas para os desenvolvimentos local e regional. Este foi um dos motivos que induziu à adoção de um programa de apoio aos SLPs e constituiu um dos pontos de sustentação da política industrial executada no período 1999-02. Além disso, são importantes, para a definição de uma política industrial que visa valorizar a dinâmica endógena e a difusão de informações, as características da infra-estrutura regional de ensino e P&D.

O Rio Grande do Sul concentra mais de 15 universidades (sendo três federais e uma estadual) relativamente bem distribuídas regionalmente e inúmeras instituições de P&D, sendo que a população registra um índice de alfabetização e de capacitação profissional superior ao da média brasileira.

Os objetivos da estratégia proposta orientaram-se para o fortalecimento de novas formas de organização produtiva e institucional na articulação entre desenvolvimento regional e cadeias produtivas e entre empresas e instituições públicas e privadas, possuindo como característica principal o estímulo das sinergias capazes de favorecer a competitividade sistêmica de uma região.

Considerando, portanto, elementos da estrutura produtiva do RS, sua organização industrial, a concentração regional de algumas cadeias produtivas e complexos e a importante concentração de instituições de ensino e de P&D, o Governo gaúcho definiu como ponto de partida para o desenvolvimento de uma política de apoio e dinamização da estrutura produtiva do Estado algumas aglomerações produtivas. São elas: a coureiro-calçadista (Vale do Sinos, Paranhana e Taquari), autopeças (Serra), moveleira (Serra), conservas e doces (Sul) e má-

⁹ Estudos desenvolvidos pela FEE (Lima, 2002) revelam que, na última década, a participação das PMEs na indústria se reduziu, colocando-se na média da participação brasileira. Entretanto esse aspecto não modifica a afirmativa de que a industrialização gaúcha, a partir do século XIX, tendo sido baseada na ação de empresas pequenas, com a participação pouco significativa de capitais estrangeiros e estatais, contribuiu para uma capacitação produtiva regional e para a criação de instituições de pesquisa e treinamento ligadas às principais atividades produtivas regionais.

quinas agrícolas (Noroeste).¹⁰ Os Arranjos Produtivos Locais escolhidos revelaram uma importante concentração de empresas nos setores, uma grande concentração de instituições de ensino e de P&D voltadas para a atividade produtiva local, além de sediarem as instituições de representação empresarial e sindical vinculadas aos setores enfocados (Quadro 1).

Em resumo, essa escolha respondeu a determinados critérios, como o de possuir características próprias de uma aglomeração produtiva (proximidade das atividades e existência de instituições de ensino e de P&D regionais), além de ter sido feita considerando o potencial demonstrado pelos APLs de empregar um número significativo de trabalhadores, a densidade preexistente das relações entre os atores locais e, em alguns casos, a sua possibilidade de reforçar os pólos regionais de industrialização de forma a favorecer a redistribuição regional do PIB.¹¹

¹⁰ É importante sublinhar que essas aglomerações produtivas foram o ponto de partida do Programa de SLPs existente, coordenado pela Sedai, que priorizou também a implantação da formação de um pólo cerâmico na região da Campanha, sendo que, seguindo a mesma lógica de sinergias regionais preexistentes, a Secretaria da Agricultura e do Abastecimento trabalhou com a atividade vitivinícola da Serra gaúcha (complexo agroindustrial); a Secretaria do Turismo, com algumas regiões voltadas para o turismo (caso da região das Hortênsias); a Secretaria de Ciência e Tecnologia, com o Pólo da Informática; e a Prefeitura Municipal de Porto Alegre, que já vinha trabalhando nessa mesma lógica, com a organização do Pólo Saúde.

¹¹ Esse critério relaciona-se principalmente com os Arranjos Produtivos de Conservas e de Máquinas e Equipamentos Agrícolas situados fora do eixo da principal concentração industrial do Estado. De fato, um SLP, em si, constitui uma concentração de atividades, entretanto o apoio à competitividade daqueles fora do principal núcleo de concentração constitui uma forma de contribuir para uma distribuição espacial mais equilibrada.

Quadro 1

Algumas instituições regionais dos SPLs escolhidos

SLPs	REGIÕES	MUNICÍPIO- -NÚCLEO	REPRESENTAÇÃO EMPRESARIAL	ENSINO e P&D	REPRESENTAÇÃO SINDICAL
Autopeças	Serra	Caxias do Sul	Simecs Simplas	Centro Tecnológico Meca- trônica e Autotrônica- -Senai, UCS, duas escolas técnicas do Senai, uma escola técnica estadual	Sindicato dos Trabalha- dores da Indústria Metalúrgica (Caxias do Sul)
Máquinas e Implementos Agrícolas	Noroeste (cinco microrregiões)	Horizontina Santa Rosa		Unijuí, UPF, URI, Unicruz, Colégio Evangélico Panambi, Senai de Santa Rosa	Sindicato dos Trabalha- dores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico (STIMME) (Horizontina, Panambi)
Moveleiro	Serra	Bento Gonçalves	Movergs Sindmóveis	UCS (Campus Vale dos Vinhedos), Senai/Cetemo	Sindicato dos Trabalha- dores da Indústria e Comércio Mobiliário de Bento Gonçalves
Coureiro- -calçadista	Vale do Sinos, Paranhana e Taquari	Novo Hamburgo	Assintecal Abrameq Aicsul Abicalçados	CTCCA, Centro Tecnológico do Couro (Senai), Centro Tecnológico do Calçado (Senai), Unisinos, Feevale, Escola Estadual Liberato	Federação dos Sapatei- ros
Conservas e doces	Sul	Pelotas	Associação Gaúcha da Cadeia Agroindustrial e de Frutas e Hortaliças (ACAFH) e Associação Gaúcha dos Produtores de Pêssego (AGPP)	UFPEl, UCPEl, CEASA, Centro Federal de Educação Tecnológica (Cefet), Embrapa Clima Temperado, Emater	Sindicato dos Trabalha- dores na Indústria e Cooperativas da Alimentação de Pelotas

FONTE: ZAWYSLAKI, P.; RUFFONI, J. **Relatórios das oficinas do Programa Gaúcho de SPLs**. Porto Alegre: SEDAI/RS: NITEC:
PPGA: UFRGS: FAURGS, 2000.

Diagnósticos e ações implementadas

De uma forma geral, o Governo Estadual tentou construir formas de superar os limites próprios de uma administração estadual, considerados os constrangimentos representados pela mundialização do capital e pelo grau de desenvolvimento do Sistema Nacional de Inovação, para atuar como agente articulador na transição de um arranjo produtivo para um sistema produtivo.

Esse objetivo principal, por sua vez, desdobrou-se naqueles que constituíram justamente os objetivos específicos do Programa Gaúcho de Apoio aos SLPs:

- definir e implementar políticas industriais fundamentadas nas relações institucionais regionais e complexificar as relações entre os diferentes atores locais visando aumentar as vantagens competitivas regionais e reforçar o capital social;
- apoiar as empresas na assimilação das diferentes formas de aprendizado, tendo como base o estabelecimento de relações de cooperação e de solidariedade;
- democratizar a estrutura de representação dos SLPs visando à difusão homogênea da inovação, das informações e do uso das externalidades geradas; e
- gerar instrumentos capazes de propiciar a cooperação, em particular aqueles relacionados ao crédito, à comercialização, ao tratamento ambiental, bem como à utilização conjunta de equipamentos e insumos.

Em sua primeira etapa, que se desenvolveu ao longo do ano 2000, o Programa voltou-se para a definição de um diagnóstico a partir das dimensões produtivas, institucionais e de aprendizado. Sua formatação partiu do estabelecimento de parcerias entre os principais atores locais (associações de empresas, sindicatos de trabalhadores, universidades locais e regionais e institutos de ensino e pesquisa das regiões) e governamentais, que, através de oficinas de trabalho (Zawislaki; Ruffoni, 2000), definiram e validaram diagnósticos sobre os SLPs enfocados. Dessa forma, já na primeira etapa, houve uma elaboração coletiva das informações sobre a atividade enfocada, onde iniciou o núcleo de uma *governance* local. Com base nesses diagnósticos, o grupo definiu estratégias e um plano de ação voltados para o desenvolvimento da cooperação e o estímulo da eficiência coletiva.¹²

¹² Os participantes das oficinas e a dinâmica de funcionamento das mesmas estão descrito nos relatórios de trabalho (Zawislaki; Ruffoni, 2000).

Embora não caiba uma repetição dos diagnósticos já descritos nos relatórios do Programa, é interessante destacar alguns elementos relacionados às reflexões iniciais deste artigo. No que se refere ao SLP de máquinas e implementos agrícolas, este evidencia um ambiente econômico preexistente (inúmeros fabricantes de pequenas máquinas e de implementos agrícolas e uma estrutura de P&D e de ensino eficaz) que atraiu capitais internacionais. Esse *cluster* transformou-se na justaposição de diversas aglomerações, uma parte organizada em torno dessa grande empresa internacional e outra mais ligada às condições locais de funcionamento. No caso das grandes empresas, os limites são dados pelo desenvolvimento agrícola, cujas fronteiras se deslocaram para o Centro-Oeste do Brasil. Sua capacidade de expansão está ligada sobretudo à logística, sendo ações desse tipo o que esperam do Governo e, apesar de terem tido reflexos regionais positivos, não têm suficiente engajamento regional para manter as unidades produtivas operando no RS. No caso das pequenas empresas, que pouco estão evoluindo e migram para outras atividades (pequenas metalúrgicas por exemplo), são inúmeros os bloqueios (mão-de-obra, crédito inacessível e produtos inadequados para pequenas propriedades rurais) que se formam. Essa aglomeração, embora um tanto atomizada espacialmente, requer uma ação pública para solucionar esses problemas, o que poderá induzir à cooperação na área de desenvolvimento tecnológico e de formação de mão-de-obra. Portanto, a formação de redes faz-se necessária entre as PMEs e ocorre, em alguns casos, entre estas e as grandes empresas.

Quanto ao APL de conservas, localizado na Região Sul do Estado e nucleado pelo Município de Pelotas, embora esteja mais voltado às condições locais, suas condições históricas, ligadas a uma estrutura fundiária muito atrasada, limitam radicalmente o processo de inovação e, sobretudo, de cooperação. Além desses limites, a cadeia produtiva também está limitada pelas condições internacionais localizadas no processo de distribuição, que coloca inúmeras empresas fora do mercado formal. Para estas, a formação de redes de cooperação seria essencial para garantir tanto o fornecimento de matérias-primas de origem agropecuária quanto a comercialização de seus produtos (Castilhos, 2001).

No caso da cadeia produtiva coureiro-calçadista, que, juntamente com o APL do setor moveleiro, é a que apresenta mais características de SLP, dois problemas são evidenciados. O primeiro refere-se às estruturas de poder, onde nem todos os agentes possuem o mesmo acesso às externalidades. Além disso, sua enorme vinculação com o comércio exterior (cerca de 80% de seus produtos são comercializados) dá-lhe uma determinação exógena que influencia o lançamento de inovações. O calçado gaúcho é mais atrasado em termos de *design* do que o italiano, fator este relacionado à determinação de modelos por parte de grandes compradores, em geral norte-americanos (Schmitz, 2002). O

moveleiro, outro APL bastante desenvolvido, apresenta um limite semelhante no que se refere ao *design* (no seu sentido mais abrangente), porém observa-se uma maior representatividade das instituições locais face a seus associados. Em ambos, já se verifica a formação de redes de pequenas empresas.

Finalmente, no caso de autopeças, a sua problemática é um pouco distinta, visto que é um dos setores mais dinâmicos do Brasil e relativamente moderno. A presença de grandes empresas, sobretudo locais e algumas internacionais, não o caracteriza como um APL organizado por grandes empresas, exceto em algumas ilhas de fornecedores. Essa pujança empresarial leva a um afastamento do Estado, havendo uma certa rejeição às iniciativas públicas (exceto na área de infra-estrutura), que, portanto, têm menos margem de manobra para implementar uma política verdadeiramente de inserção das PMEs.

Nas oficinas onde foram discutidos os diagnósticos, foram também definidas algumas ações, muitas das quais foram executadas. Do ponto de vista da qualificação profissional, iniciou-se uma atividade de definição de demandas e de melhorias das escolas estaduais, em conjunto com a Secretaria Estadual de Educação/Suepro e com a Secretaria do Trabalho e Ação Social.

No casos dos SLPs de conservas, foi estabelecido um acordo de cooperação tecnológica com o Centre de Coopération Internationale en Recherche Agronomique pour le Développement (CIRAD), na França, objetivando estabelecer relações de cooperação com vistas ao desenvolvimento de programas e ao intercâmbio no âmbito da tecnologia de processamento alimentar e das tendências dos agronegócios, bem como desenvolver atividades comuns que possibilitarão a expansão de tal colaboração.

No que se refere ao SLP do setor moveleiro, uma das necessidades apontadas pelo grupo de trabalho referiu-se à necessidade de implantação de uma unidade gaúcha produtora de painéis de madeira (MDF) para resolver um dos principais “gargalos” produtivos do setor. O primeiro resultado concreto dessa ação será a instalação, pelo Grupo ISDRA, de uma unidade produtora de painéis de madeira no Município de Glorinha. No caso do coureiro-calçadista, cabe citar a linha de crédito específica lançada para o setor, já em 1999, visando, sobretudo, às empresas de pequeno e médio portes. Além disso, foi criado o Centro de Inovação em Design e contratado um estudo para a definição de um programa para o segmento de máquinas e equipamentos para calçados.

Dentre as principais ações já implementadas, a mais importante, sem dúvida, foi o início da organização dos Centros Gestores de Inovação (CGIs), por representarem, ao mesmo tempo, um instrumento capaz de dinamizar a difusão de inovação no tecido produtivo local e de institucionalizar uma forma de *governance* local.

A criação dos Centros Gestores de Inovação objetivou organizar inovações tecnológica, produtiva e organizacional para a aproximação das instituições de P&D e de educação do setor produtivo para o estímulo à produção e à difusão de informações a todo o SLP, bem como para propiciar a interação e a cooperação entre os atores locais. Como objetivo geral, foi definido que deveria "(...) atuar na produção e difusão da inovação em produto, processo, gestão e comercialização, visando otimizar o uso da infra-estrutura técnica, tecnológica, produtiva e de suporte aos segmentos" (SEDAI-RS, 1999).

Dessa maneira, poderia contribuir para a modernização industrial das regiões enfocadas por meio do apoio a inovações técnicas e tecnológicas voltadas às empresas dos SLPs, com ênfase na utilização da infra-estrutura laboratorial instalada na região. Sua consecução envolveu a parceria entre a Secretaria de Desenvolvimento e de Assuntos Internacionais (Sedai-RS) e os agentes locais, a quem coube a gestão dos recursos, bem como a execução dos projetos apresentados.

Além dessa ação, todos os SLPs foram contemplados com uma série de outros programas, visando responder às necessidades apontadas pelas oficinas:

extensão empresarial - através de convênios com universidades regionais, tinha como objetivo a identificação e a resolução de problemas técnicos, gerenciais e tecnológicos nas empresas;

redes de cooperação - em parceria com as universidades locais, cujo objetivo era organizar as pequenas empresas, visando à realização de ações conjuntas para facilitar a solução de problemas comuns e para viabilizar novas oportunidades;

apoio financeiro à participação em feiras nacionais e internacionais - esta ação voltou-se sobretudo às micro, pequenas e médias empresas, estando, também, focada naquelas pertencentes aos SLPs.

O Programa de Capacitação Empresarial foi criado para o treinamento de pequenos e médios empresários em planejamento, produção, custos e mercado, promovendo cursos que são ministrados através de convênios com universidades locais.

No caso do Programa de Economia Popular e Solidária que a Sedai desenvolveu através de convênio com a Associação Nacional dos Trabalhadores de Empresas Autogestionadas (Anteag), foram acompanhados inúmeros empreendimentos voltados para a organização de trabalhadores cooperados.

Considerações finais

O Programa de Apoio aos SLPs coordenado pelo Governo gaúcho, através da Sedai, em sua gestão 1999-02, teve como principal objetivo a transformação de arranjos produtivos já existentes em SLPs. Essa foi uma escolha em termos de política de desenvolvimento cuja concepção estava baseada no equilíbrio da distribuição da riqueza e da informação. Embora esse programa não respondesse a todas as carências da economia gaúcha, o mesmo apontou uma orientação para os recursos públicos.

O alcance desse objetivo passou, necessariamente, pelo enfrentamento de questões relacionadas à promoção e à difusão homogênea da inovação dentro das condições discutidas no texto. A primeira conclusão a que se pode chegar durante o curto período de sua execução se relaciona com a existência de uma sinergia mais intensa nos SLPs, onde predominam empresas micro, pequenas e médias e onde as instituições de P&D já possuem uma presença historicamente marcante. Nesses casos, a construção de uma eficiência coletiva, ou seja, a facilidade com que os agentes locais compreendem a necessidade de cooperar entre si e com as instituições locais é mais evidente do que nas situações onde os Arranjos Produtivos Locais são articulados por grandes empresas internacionais.

A proposta de apoiar o desenvolvimento de SLPs — hoje em implantação por todo o País através do Sebrae — partiu justamente do reconhecimento dos limites de uma administração estadual em gerenciar variáveis macroeconômicas, particularmente taxas de juros e taxas de câmbio. As vantagens inerentes à formação de redes de empresas remetem ao espaço possível de construção do capital social de cada SLP e de atuação do Governo do Estado. Somente nesse cruzamento entre macro e micro, entre instituições de ensino, pesquisa e desenvolvimento e empresas, entre setor público e setor privado, entre capital e trabalho é possível construir um pacto regional que garanta a competitividade coletiva.

Na verdade, parece extremamente contraditória a tentativa de estabelecimento de laços de confiança — base da criação do capital social — num ambiente macroeconômico e internacional adverso a uma atuação indutora das potencialidades regionais de parte do Estado. Entretanto a adoção desse programa parte justamente do pressuposto de que essa passagem só é possível pela intermediação eficaz de um governo enquanto representante do público

(Johnson; Lundval, 2000),¹³ no sentido de democratizar as informações e de ampliar as sinergias e discutir as estruturas de poder (em todos os sentidos) no interior de um APL.

Não é possível, evidentemente, definir a formação e o reforço aos SLP como a panacéia das desigualdades regionais, nem como último guardião do avanço da mundialização. Porém é possível avançar na compreensão dos fatores que melhor permitem a criação de externalidades locais, na difusão mais homogênea de tecnologia e de conhecimento e no crescimento vinculado à melhor distribuição regional e social da renda. Esse movimento dificilmente poderá ser compatível com uma política de atração de IDE, seja por falta de recursos públicos, seja pelos efeitos desses investimentos sobre o tecido industrial local.

Referências

BARROS, A. R. Raízes históricas das idéias que subsidiam as políticas de clustering. **Revista de Economia Política**, São Paulo: Editora 34, v. 22, n. 1, p. 131-149, 2002.

BREITBACH, A. A dimensão espacial nos estudos de economia regional no Brasil: temas e interrogações recentes. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 24, n. 2. (No prelo).

CASSIOLATO, J. E.; LASTRES, H. M. M. **Globalização e inovação localizada**. In: CASSIOLATO, J. E.; LASTRES, H. (Org.). SEMINÁRIO SOBRE GLOBALIZAÇÃO E INOVAÇÃO LOCALIZADA: EXPERIÊNCIAS E SISTEMAS LOCAIS NO MERCOSUL. Brasília, DF: IBICT: MCT, p. 39-71, 1999.

CASSIOLATO, J. E.; LASTRES, H. M. M. (Coord.). **Glossário de arranjos e sistemas produtivos e inovativos locais**. Rio de Janeiro: I. E./UFRJ/SEBRAE, 2003.

CASSIOLATO, J. E.; LASTRES, H. M. M. (Org.). SEMINÁRIO SOBRE ARRANJOS E SISTEMAS PRODUTIVOS LOCAIS E AS NOVAS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL E TECNOLÓGICO. Rio de Janeiro: I. E./UFRJ, 2000.

¹³ Para Johnson e Lundval (2000), "(...) capital social como expressão de um sistema local de produção só pode ser pensado e organizado a partir da esfera do público, sendo incompatível sua organização a partir da ótica do privado".

CASTILHOS, C. (Org.). **Programa de Apoio aos Sistemas Locais de Produção**: a construção de uma política pública no RS. Porto Alegre: Secretaria do Desenvolvimento e dos Assuntos Internacionais - SEDAI/RS: Fundação de Economia e Estatística, 2001.

CASTILHOS, C. **Cooperación verticale et solidarité dans um SPL**: agroalimentaire de la région sud du Rio grande do Sul. [Paris] : [s. n.], 2001. Trabalho apresentado no Colóquio de Clermont-Ferrant, França, Université Blaise-Pascal, 9-10 nov. 2001. 14p.

CASTILHOS, C.; PASSOS, M. C. **Competitividade e inovação na indústria gaúcha**. Porto Alegre: FEE; São Leopoldo: UNISINOS, 1998.

CHESNAIS, F. **La mondialisation du capital**. Paris: Syros, 1994.

COSTA, Achyles B. da. Competitividade da indústria de calçados: nota técnica setorial. In: COUTINHO, Luciano; FERRAZ, João Carlos (Coord.). **Estudo da competitividade da indústria brasileira**. Campinas: UNICAMP: UFRJ: FDC: FUNCEX, 1993.

FLIGENSPAN, F. B.; CALANDRO, M. L. Novos investimentos na indústria automobilística brasileira: o caso gaúcho. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 30, n. 3, p. 5-30, 2002.

GALVÃO, Olímpio José de A. Cluster e distritos industriais: estudos de casos em países selecionados e implicações de política. **Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília: IPEA, n. 21, p. 03-49, jun. 2000.

JOHNSON, B.; LUNDVAL, B. Promoting innovation systems as a response to the globalising learning economy. In: CASSIOLATO, J.; LASTRES, H M. M. (Coord.). **Arranjos e sistemas produtivos locais e as novas políticas de desenvolvimento industrial e tecnológico**. Rio de Janeiro: IE/UFRJ, 2000. [Contrato BNDES/FINEP-FUJB].

KUPFER, D. **Mudança estrutural nas empresas e grupos líderes da economia brasileira na década de 90**. Rio de Janeiro: IE/UFRJ, 2001. (Relatório de Pesquisa). 19p.

LIMA, R. S. de. Notas à margem da estrutura industrial do Rio Grande do Sul. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 24, n. 1, p. 49-92, 2002.

MICHALET, C. A. **Le capitalisme mondial**. Paris: PUF, 1985. 368p.

OMAM, C. **Les nouvelles formes d'investissement dans les industries des pays em développement**. Paris: OCDE, 1989.

PAIVA, C. **As desvantagens competitivas das regiões (ou como usar Porter para enfrentar desequilíbrios regionais)**. [S.l.: s.n.], 2002. Mimeografado.

PAIVA, C. **Economias de escala e a questão dos limites e possibilidades de uma política econômica de redistribuição dos meios de produção**. Texto apresentado no Encontro de Economia Política. Florianópolis, 17/20 jun. 2003.

PEREZ, C. **Cambio técnico, reestructuracion competitiva y reforma institucional en los países en desarrollo**. [S.l.]: Banco Mundial, 1998. (Discusión paper, n. 4).

PIORE, M. J.; SABEL, C. F. (1984). **The second industrial divide**. [S.l.] : Basic Books, 1984.

PIORE, M. J.; SABEL, C. F. **Les chemins de la prospérité**. Paris: Hachette, 1989.

PORTER, M. Clusters e competitividade. **HSM Management**, [S. l.: s.n.], 15 July/Aug. 1999.

PROGRAMA de Apoio aos Sistemas Locais de Produção. Porto Alegre: SEDAI/RS, 1999. Mimeografado. (Documento interno).

RABELLOTTI, R. Collective effects in italian and mexican footwear industrial clusters. **Small Business Economics**, Netherlands: [s.n.], v.10, p.243-262, 1998.

RIO GRANDE DO SUL. Governo. **Estratégia de desenvolvimento econômico**. Porto Alegre: O Governo, 2000. (Documento).

SCHERER, A. L. F. As raízes financeiras do investimento direto estrangeiro: notas sobre a experiência brasileira recente. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 81-128, 1999.

SCHMITZ, H. Collective efficiency: growth path for small-scale industry. **The Journal of Development Studies**, London, v. 31, n. 4, Apr. 1995.

SCHMITZ, H. Sistemas Locais de Produção e desafios globais: a indústria calçadista no Vale dos Sinos, no Rio Grande do Sul. In: PROGRAMA de Apoio aos Sistemas Locais de Produção: a construção de uma política pública no RS. Porto Alegre: Secretaria do Desenvolvimento e Assuntos Internacionais - SEDAI/RS: Fundação de Economia e Estatística, p. 155-166, 2002.

SUZIGAN, W. (Coord). **Seminário sobre clusters e sistemas locais de inovação**: estudos de casos e avaliação da região de Campinas. Campinas: UNICAMP, 1999.

SUZIGAN, W. **Aglomerações industriais como focos de políticas**. Rio de Janeiro: ANPEC, p. 27-39, 12-15 dez. 2000.

TIRONI, L. F. (Org.). **Industrialização descentralizada**: sistemas industriais locais. Brasília: IPEA, 2001.

VILLASCHI, A.; CAMPOS, R. R. Sistemas arranjos produtivos localizados: conceitos históricos para novas abordagens. In: PROGRAMA de Apoio aos Sistemas Locais de Produção: a construção de uma política pública no RS. Porto Alegre: Secretaria do Desenvolvimento e dos Assuntos Internacionais – SEDAI/RS: Fundação de Economia e Estatística, p. 11-48, 2002.

WORLD congress on local clusters. Paris: DATAR/OCDE, 2001. [Publicação de Congresso].

WORLD investment report: promoting linkages. Washington: ONU, 2001. cap. IV.

ZAWYSLAKI, P.; RUFFONI, J. **Relatórios das oficinas do Programa Gaúcho de SLPs**. Porto Alegre: SEDAI/RS: NITEC: PPGA: UFRGS: FAURGS, 2000.